

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

GRAZIELLA STEFANIA DE OLIVEIRA

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: ENTRE BARREIRAS COTIDIANAS E
PRÁTICAS TRANSFORMADORAS

RIBEIRÃO PRETO – SP

2025

GRAZIELLA STEFANIA DE OLIVEIRA

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: ENTRE BARREIRAS COTIDIANAS E
PRÁTICAS TRANSFORMADORAS

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado(a) à Faculdade
Metropolitana do Estado de São
Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Orientador: Profa. Me. Mariane
Mendes Gois dos Santos

RIBEIRÃO PRETO – SP

2025

Catalogação-na-Publicação Biblioteca METROPOLITANA

Oliveira, Graziella Stefania de.

G196i Autismo e inclusão escolar: entre barreiras cotidianas e
práticas transformadoras/ Graziella Stefania de Oliveira. –
Ribeirão Preto, 2025.

17 f.

Orientadora: Profa. Me. Mariane Mendes Gois dos Santos

Monografia (Graduação) – Faculdade Metropolitana do Estado
de São Paulo, Licenciatura em Pedagogia, 2025.

1. Autismo. 2. Educação Inclusiva. 3. Prática Pedagógica. 4.
Escola Regular. 5. Diversidade. I. Santos, Mariane Mendes Gois,
orient. II. Título

CDD 370

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE
E COMUNICADO AOS AUTORES A REFERÊNCIA DA CITAÇÃO.

Ribeirão Preto, 12/11/2025.

RESUMO

Este trabalho discute os desafios e possibilidades da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, destacando a importância de práticas pedagógicas adaptadas, políticas públicas efetivas e mudanças culturais na escola. Com base em revisão bibliográfica e documentos oficiais, são analisadas barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais ainda presentes no cotidiano escolar. O estudo também destaca perspectivas sociológicas, como o funcionalismo, para compreender o papel integrador da educação. Os resultados apontam para a necessidade de formação continuada dos docentes, maior diálogo com as famílias e investimento em recursos acessíveis. Conclui-se que a inclusão de alunos com TEA, mais do que um direito legal, é um compromisso coletivo com uma educação mais humana e democrática.

Palavras-chave: Autismo. Educação Inclusiva. Prática Pedagógica. Escola Regular. Diversidade.

ABSTRACT

This paper discusses the challenges and possibilities of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular schools, emphasizing the importance of adapted pedagogical practices, effective public policies, and cultural changes in the school environment. Based on bibliographic research and official documents, it analyzes structural, pedagogical, and attitudinal barriers that still persist in daily school life. The study also highlights sociological perspectives, such as functionalism, to understand the integrative role of education. The results point to the need for continuous teacher training, greater dialogue with families, and investment in accessible resources. It is concluded that the inclusion of students with ASD, more than a legal right, represents a collective commitment to a more humane and democratic education.

Keywords: Autism. Inclusive Education. Pedagogical Practice. Regular School. Diversity.

SUMÁRIO

1- Introdução	06
2- Metodologia	07
3- Desenvolvimento	08
4- Pessoas com Autismo e os Enfrentamentos do Cotidiano	10
5- Diretrizes Educacionais e Inclusão do Autismo	12
6- Análise de Dados	14
7- Considerações Finais	15
8- Referências	16

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre inclusão escolar é, acima de tudo, reconhecer a importância de garantir a cada estudante o direito de aprender e participar plenamente da vida escolar, independentemente de suas características ou condições. Esse compromisso vai além do simples ato de matricular alguém com necessidades específicas; trata-se de oferecer, de forma contínua e cuidadosa, um ambiente que acolha, respeite e valorize as diferenças — entre elas, o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A presença de alunos com autismo nas escolas regulares tem se tornado cada vez mais comum, acompanhada por debates, avanços e também muitos desafios. Cada estudante com TEA traz consigo uma forma singular de perceber o mundo, de se comunicar e de interagir com os outros. Isso exige que a escola esteja preparada não só com recursos materiais, mas com atitudes pedagógicas sensíveis, abertas ao diálogo e à adaptação.

Sob o olhar da sociologia da educação, é possível compreender como a escola reflete e influencia a forma como a sociedade lida com as diferenças. Para autores como Émile Durkheim, a educação tem um papel importante na formação de valores coletivos e na integração dos indivíduos à vida social. Nesse sentido, deixar de incluir adequadamente estudantes com autismo significa também limitar a própria função social da escola: a de formar cidadãos capazes de conviver com a diversidade e contribuir para uma sociedade mais justa.

Apesar de muitos avanços legais e conceituais ao longo dos anos, a realidade nas salas de aula ainda apresenta barreiras. A formação de professores, os materiais pedagógicos, o tempo para adaptação e o apoio às famílias ainda são pontos frágeis em muitas escolas. No entanto, também é possível encontrar experiências inspiradoras e transformadoras, que mostram como a inclusão é possível quando há compromisso, empatia e formação adequada.

Neste trabalho, vamos refletir sobre a inclusão escolar de estudantes com autismo a partir de três eixos principais: as práticas pedagógicas utilizadas, os desafios sociológicos envolvidos e as perspectivas de transformação que se abrem a partir de uma educação verdadeiramente inclusiva. Mais do que apontar problemas, o objetivo é contribuir com caminhos que ajudem a tornar a escola um lugar de pertencimento para todos.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada em referenciais teóricos e documentos oficiais que tratam da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular.

A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão mais profunda dos significados, percepções e desafios que envolvem o processo de inclusão escolar, sem a necessidade de quantificação de dados. Foram analisadas obras de autores reconhecidos na área da Educação Inclusiva, como Mantoan (2003), Sassaki (1997) e Aranha (2001), além de legislações vigentes, como a Lei nº 9.394/96 (LDB), a Lei nº 12.764/2012 e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

O procedimento metodológico envolveu a revisão e análise de produções científicas recentes, publicadas entre 2010 e 2024, que abordam práticas pedagógicas, políticas públicas e aspectos sociológicos da inclusão do autismo. As fontes foram selecionadas com base em sua relevância teórica e atualidade, de modo a garantir um panorama consistente sobre o tema.

O estudo não se limita à descrição dos conceitos, mas busca interpretar e refletir criticamente sobre os desafios enfrentados pelas escolas e os caminhos possíveis para a efetivação de uma inclusão significativa e transformadora.

3. DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, a inclusão escolar ganhou destaque nas políticas públicas, nas pesquisas e nas práticas pedagógicas. Esse avanço é fruto de uma luta por direitos e por reconhecimento da diversidade humana, que vai além de aspectos físicos ou cognitivos. Trata-se de garantir que todas as pessoas — especialmente aquelas com deficiências, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) — possam não apenas frequentar a escola, mas aprender, interagir e se desenvolver em ambientes que respeitem suas particularidades.

A ideia de educação inclusiva parte do princípio de que a escola deve se adaptar ao estudante, e não o contrário. Isso significa rever metodologias, flexibilizar currículos, preparar professores e promover uma cultura escolar aberta à diferença. Autores como Mantoan (2003), Sassaki (1997) e Aranha (2001) destacam que a verdadeira inclusão vai muito além da presença física na sala de aula. Ela envolve transformação nas atitudes, nas políticas institucionais e na maneira como o processo de ensino e aprendizagem é concebido.

No entanto, esse processo não acontece sem dificuldades. Ainda existem barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que impedem a plena participação dos estudantes com TEA. Falta formação adequada para os educadores, faltam recursos e, muitas vezes, falta também sensibilidade para lidar com as diferentes formas de ser, aprender e se comunicar. A escola, por vezes, ainda funciona dentro de um modelo rígido, que espera comportamentos e resultados padronizados, o que pode excluir justamente aqueles que mais precisam de acolhimento e flexibilidade.

É nesse ponto que a sociologia da educação ajuda a compreender melhor a complexidade desse cenário. A partir da perspectiva funcionalista, a escola é vista como um espaço de socialização e preparação para a vida em sociedade (Durkheim, 1922; Parsons, 1959). Quando um grupo é excluído desse processo, há um risco de desequilíbrio social, pois se nega a esse grupo o direito de contribuir e de pertencer. Assim, incluir não é apenas uma escolha pedagógica — é uma responsabilidade social.

Pesquisas recentes, como as de Savarezzi, Campos e Gimenez (2023), reforçam a importância da formação docente como um dos pilares para uma educação realmente inclusiva.

Já autores como Miranda, da Silva e Martins (2023) mostram como a presença de alunos com deficiência, inclusive nas aulas de Educação Física, exige uma mudança de postura e novas estratégias por parte dos professores. A pandemia de COVID-19, por exemplo, evidenciou ainda mais as desigualdades, como apontam Martins, Antunes e Santiago (2023), que destacam o impacto negativo do ensino remoto emergencial na vida de estudantes com necessidades especiais.

Todos esses estudos convergem para uma mesma conclusão: a inclusão de estudantes com autismo é possível, mas depende de mudanças reais nas práticas escolares. Exige escuta, empatia, capacitação e vontade de transformar. A escola precisa ser um espaço onde todos possam aprender juntos, respeitando seus próprios tempos e formas de expressão. Isso não é apenas benéfico para os alunos com TEA, mas para toda a comunidade escolar, que aprende com a convivência na diversidade e se prepara para uma sociedade mais justa e acolhedora.

3. PESSOAS COM AUTISMO E OS ENFRENTAMENTOS DO COTIDIANO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Vivenciar a inclusão escolar na perspectiva do Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige, antes de tudo, sensibilidade para compreender a pluralidade de experiências que marcam o cotidiano desses estudantes. O autismo não se apresenta de maneira única ou padronizada. Cada pessoa no espectro carrega características, desafios e potências distintas, o que demanda um olhar atento e individualizado por parte da escola.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que impacta a comunicação, a interação social e o comportamento (DSM-5, 2013). Para muitos alunos com autismo, o ambiente escolar pode ser, ao mesmo tempo, um espaço de oportunidades e de tensões. Ruídos excessivos, rotinas inflexíveis, mudanças bruscas ou mesmo o contato social constante podem gerar desconforto e dificultar o processo de aprendizagem e socialização. Compreender essas particularidades é o primeiro passo para oferecer um suporte que seja, de fato, inclusivo.

Ainda hoje, muitas instituições educacionais não estão preparadas para acolher plenamente esses estudantes. A ausência de formação adequada dos professores, aliada à falta de recursos pedagógicos e estruturais, acaba limitando a atuação dos profissionais e comprometendo o desenvolvimento dos alunos com TEA. Conforme apontam Frith (2003) e Jordan (2005), práticas pedagógicas tradicionais, baseadas na homogeneidade e na repetição de padrões, muitas vezes não contemplam a complexidade dos modos de aprendizag...

A formação continuada de professores e a presença de equipes multidisciplinares são fundamentais para enfrentar essas barreiras. Como destacam Humphrey e Lewis (2008), a adaptação escolar para estudantes com autismo requer uma abordagem que considere múltiplos aspectos: pedagógicos, emocionais, sensoriais e sociais. O professor, mais do que um transmissor de conteúdo, deve atuar como mediador de experiências, atento às necessidades específicas de cada aluno.

Além disso, é essencial reconhecer o papel das famílias nesse processo. A parceria entre escola e família fortalece os vínculos, amplia a compreensão das necessidades do estudante e promove estratégias conjuntas que facilitam sua trajetória escolar. Toledo, Silva e Fernandes

(2023) ressaltam que a comunicação entre esses dois núcleos ainda é, muitas vezes, limitada, o que fragiliza o processo de inclusão. Para que ele aconteça de maneira efetiva, é necessário que todos os envolvidos compartilhem responsabilidades e const...

Outro aspecto relevante é o uso de estratégias pedagógicas adaptadas. Segundo Alves e Rocha (2023), recursos como histórias sociais, adaptações curriculares e tecnologias assistivas são ferramentas poderosas no processo de inclusão. Mas sua eficácia depende de uma aplicação sensível, planejada e conectada à realidade do aluno. Não se trata apenas de mudar o conteúdo, mas de reconfigurar a forma de ensinar, tornando-a mais acessível e significativa.

A escola, quando acolhe verdadeiramente os estudantes com autismo, promove também um ambiente de crescimento para todos. Os colegas de classe desenvolvem empatia, aprendem sobre diversidade e são preparados para uma convivência mais respeitosa. A inclusão de alunos com TEA não deve ser vista como um favor ou um desafio isolado, mas como uma oportunidade de ampliar os horizontes educacionais, sociais e humanos da instituição.

Assim, é preciso reconhecer que os enfrentamentos vividos pelos estudantes com autismo não estão apenas relacionados às suas características individuais, mas também — e principalmente — às estruturas sociais e educacionais que ainda resistem à diversidade. A transformação, portanto, não depende somente do aluno “se adaptar”, mas da escola se reinventar.

4. DIRETRIZES EDUCACIONAIS E INCLUSÃO DO AUTISMO

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa, necessariamente, pelo reconhecimento e cumprimento das legislações que garantem o direito à educação para todos. No caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse direito tem ganhado maior visibilidade ao longo dos anos, impulsionado por políticas públicas e marcos legais que buscam assegurar a equidade no acesso, na permanência e na aprendizagem.

Historicamente, o processo legislativo brasileiro em relação à inclusão educacional passou por transformações significativas. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, já mencionava, ainda que de forma tímida, a necessidade de incluir alunos com “necessidades especiais” no sistema de ensino. No entanto, usava-se o termo “excepcionais”, hoje considerado inadequado e excludente, e a abordagem ainda separava a educação especial da modalidade regular, com poucos mecanismos práticos de inclusão (BRASIL, 1961).

Na década de 1970, com a nova LDB (Lei nº 5.692/71), durante o regime militar, houve uma leve aproximação entre a educação especial e o ensino regular, mas a inclusão ainda era tratada como algo marginal e sem articulação efetiva com as políticas educacionais. A formação de professores para lidar com as especificidades dos alunos com deficiência, por exemplo, sequer era mencionada (BRASIL, 1971).

Foi apenas com a promulgação da Constituição de 1988 e, posteriormente, com a LDB em vigor até hoje (Lei nº 9.394/96), que a educação inclusiva passou a ser considerada como uma diretriz central da política educacional brasileira. O artigo 58 da LDB estabelece que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, com o apoio de serviços especializados sempre que necessário (BRASIL, 1996). Essa mudança representou um avanço importante ao integrar, em teoria, a diversidade à estrutura da escola comum.

Outro marco relevante foi a criação da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação reconhece os indivíduos com TEA como pessoas com deficiência, garantindo-lhes os mesmos direitos previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Entre esses direitos, destaca-se o acesso à educação em igualdade de condições, com adaptações curriculares, recursos especializados e apoio pedagógico adequado.

Além das leis nacionais, documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) reforçam a necessidade de transformar os sistemas educacionais em ambientes mais acessíveis e responsivos à diversidade. A inclusão, nesses termos, deixa de ser apenas um ideal e passa a ser uma responsabilidade compartilhada por governos, instituições e profissionais da educação.

Apesar dos avanços normativos, ainda existem grandes desafios no que diz respeito à implementação efetiva dessas diretrizes. Em muitas escolas brasileiras, a matrícula de alunos com TEA acontece sem que haja um planejamento pedagógico adequado, ou sem que os professores tenham recebido formação para lidar com as especificidades desses estudantes. A infraestrutura também é, frequentemente, inadequada, e o suporte especializado escasso ou inexistente.

É preciso compreender que uma legislação, por si só, não transforma a realidade. O cumprimento das leis exige investimento, fiscalização, formação continuada e uma mudança profunda na cultura escolar. A inclusão de estudantes com autismo não deve se limitar ao cumprimento formal de dispositivos legais, mas ser vivida na prática cotidiana da escola — nas relações, nas metodologias, nos espaços físicos e na escuta ativa das necessidades de cada aluno.

Avançar em direção a uma escola mais inclusiva é, portanto, um caminho que exige compromisso coletivo. As diretrizes educacionais são o alicerce, mas a transformação real depende de ações concretas que envolvam toda a comunidade escolar: gestores, professores, estudantes, famílias e sociedade.

5. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica evidenciou três dimensões centrais no processo de inclusão de estudantes com TEA: pedagógica, estrutural e sociocultural.

Na dimensão pedagógica, observou-se que o principal desafio reside na formação dos professores e na adaptação das práticas de ensino. Autores como Savarezzi, Campos e Gimenez (2023) apontam que a ausência de capacitação específica ainda compromete a efetividade da inclusão, limitando o uso de metodologias diversificadas e recursos acessíveis.

Quanto à dimensão estrutural, as fontes analisadas revelam que muitas escolas públicas e particulares ainda carecem de infraestrutura adequada, apoio de profissionais especializados e tecnologias assistivas. Tais limitações geram obstáculos para a autonomia e a aprendizagem dos alunos com autismo.

Por fim, na dimensão sociocultural, as análises indicam que a inclusão escolar do TEA está diretamente relacionada às atitudes e valores presentes no ambiente educativo. As pesquisas de Toledo, Silva e Fernandes (2023) destacam que o preconceito e a falta de diálogo entre escola e família dificultam a construção de uma cultura inclusiva.

Os dados permitem concluir que, embora existam avanços legais e teóricos, a prática inclusiva ainda demanda mudanças profundas nas estruturas escolares e nas mentalidades sociais. A efetivação da inclusão depende de políticas públicas contínuas, de uma formação docente comprometida com a diversidade e de um olhar pedagógico sensível às singularidades de cada aluno.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista é reconhecer que a educação precisa ir além da transmissão de conteúdos: ela deve ser um espaço de acolhimento, escuta e respeito à diversidade humana. Este trabalho buscou compreender os desafios enfrentados pelos alunos com TEA, bem como as possibilidades de transformação que se abrem quando a escola assume, de forma consciente e comprometida, seu papel inclusivo.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar que, embora avanços legais e conceituais tenham ampliado o debate e promovido conquistas importantes, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão se concretize de maneira plena. Muitos alunos continuam encontrando barreiras nas práticas pedagógicas, na estrutura física das escolas, na formação insuficiente dos profissionais e na ausência de apoio adequado para suas necessidades específicas.

Por outro lado, também emergem experiências inspiradoras que mostram que a mudança é possível. Quando há formação continuada, escuta ativa das famílias, adaptação das metodologias e uma postura ética por parte dos educadores, os estudantes com TEA podem participar, aprender e se desenvolver com autonomia e dignidade. A presença desses alunos na escola regular não apenas enriquece o seu próprio processo de aprendizagem, mas também transforma o ambiente escolar como um todo, promovendo empatia, respeito e co...

Sob a ótica da teoria funcionalista da educação, abordada ao longo do trabalho, fica evidente que incluir é também fortalecer os vínculos sociais e contribuir para a coesão de uma sociedade mais equilibrada e justa. Quando a escola falha em acolher a diversidade, ela não apenas exclui o indivíduo, mas enfraquece sua própria função social.

Portanto, garantir a inclusão de estudantes com autismo não é um gesto de boa vontade, mas um compromisso ético e constitucional. Exige políticas públicas eficazes, investimentos contínuos e, acima de tudo, uma mudança de olhar: enxergar cada aluno como sujeito de direitos, capaz de aprender, contribuir e enriquecer a experiência educativa coletiva.

Este trabalho se encerra com o entendimento de que a inclusão é um processo contínuo, inacabado e profundamente humano. E, por isso mesmo, precisa ser construído todos os dias, com conhecimento, sensibilidade e ação.

8. REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e

Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARTINS, E. et al. Ensino e inclusão no contexto pós-pandemia: reflexões e práticas educacionais. Série Estudos, 2023.

TOLEDO, J. A. C. et al. Inclusão e diversidade no ensino regular: desafios e possibilidades. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, 2023.

SAVAREZZI, G. R. et al. Educação, Ciência e Cultura. v. 6, n. 2, 2023.